

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /  
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta  
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa  
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## SUMÁRIO

### POLITICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

#### **CAPÍTULO 1..... 1**

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.0112115031**

#### **CAPÍTULO 2..... 16**

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

**DOI 10.22533/at.ed.0112115032**

### SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### **CAPÍTULO 3..... 27**

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

**DOI 10.22533/at.ed.0112115033**

#### **CAPÍTULO 4..... 38**

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

**DOI 10.22533/at.ed.0112115034**

#### **CAPÍTULO 5..... 48**

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.0112115035**

#### **CAPÍTULO 6..... 60**

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

## AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa  
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

**DOI 10.22533/at.ed.0112115036**

## **CAPÍTULO 7..... 70**

### A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo  
Liliane Capilé Charbel Novais

**DOI 10.22533/at.ed.0112115037**

## **CAPÍTULO 8..... 79**

### OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira  
Márcia Cristina Barros de Oliveira  
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

**DOI 10.22533/at.ed.0112115038**

## **CAPÍTULO 9..... 90**

### O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos  
Ana Cláudia Vieira Martins  
Silvio Redon  
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

**DOI 10.22533/at.ed.0112115039**

## **CAPÍTULO 10..... 107**

### MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva  
Luciana Macedo Duarte  
Tháís da Silva Zeca Bastos

**DOI 10.22533/at.ed.01121150310**

## **CAPÍTULO 11..... 122**

### PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz  
Marisa Ighes Orsolin Morgan

**DOI 10.22533/at.ed.01121150311**

## **CAPÍTULO 12..... 133**

### A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

**DOI 10.22533/at.ed.01121150312**

**CAPÍTULO 13..... 145**

**A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC**

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

**DOI 10.22533/at.ed.01121150313**

**CAPÍTULO 14..... 156**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS**

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

**DOI 10.22533/at.ed.01121150314**

**CAPÍTULO 15..... 166**

**SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA**

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150315**

**CAPÍTULO 16..... 176**

**O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE**

Gisleane Silva de Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.01121150316**

**CAPÍTULO 17..... 188**

**O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA**

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

**DOI 10.22533/at.ed.01121150317**

**POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA**

**CAPÍTULO 18..... 192**

**VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR**

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins  
Marcelle Queiroz de Almeida  
Ingrid Raissa Guerra Lins  
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento  
Paloma Lima dos Santos  
Rafaela Leandro Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150318**

**CAPÍTULO 19.....203**

**FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL**

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

**DOI 10.22533/at.ed.01121150319**

**CAPÍTULO 20.....215**

**CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Laryssa Sayury Garcia  
Michelle Christina de Souza Matos  
Brenda Luana Ribeiro Souza  
Lilian Mendes Pereira Barros  
Iris Tarcila da Conceição Baia  
Solange Silva Souza

**DOI 10.22533/at.ed.01121150320**

**CAPÍTULO 21.....222**

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS**

Ana Joice da Silva Peraro  
Marusa Fernandes da Silva  
Richardson Cramolichi

**DOI 10.22533/at.ed.01121150321**

**CAPÍTULO 22.....233**

**REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE**

Josélia Barroso Queiroz Lima  
Kíria Silva Orlandi  
Aline Faé Stocco

**DOI 10.22533/at.ed.01121150322**

**SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA**

**CAPÍTULO 23.....245**

**TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE**

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe  
Thaysa Maria Ribeiro Garcia  
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150323**

<b>CAPÍTULO 24.....</b>	<b>252</b>
<b>PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA</b>	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01121150324</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>277</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>278</b>

# CAPÍTULO 10

## MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

*Data de aceite: 01/03/2021*

*Data de submissão: 08/12/2020*

### **Karen Coutinho da Silva**

Faculdade Governador Ozanam Coelho  
São Pedro da Aldeia – RJ  
<http://lattes.cnpq.br/0954152870353280>

### **Luciana Macedo Duarte**

Universidade Federal Fluminense  
São Pedro da Aldeia – RJ  
<http://lattes.cnpq.br/3400921945701142>

### **Thaís da Silva Zeca Bastos**

Universidade Veiga de Almeida  
São Pedro da Aldeia – RJ  
<http://lattes.cnpq.br/6002622546130579>

**RESUMO:** Este artigo tem como tema central o trabalho do assistente social no Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, executada no Centro Especializado de Assistência Social (CREAS). A escolha do objeto de estudo ocorre em função de inserção profissional neste equipamento da política de Assistência Social. No referencial teórico pretendeu apresentar o trabalho do assistente social e sua intrínseca relação com a questão social; um percurso histórico da política de atendimento aos adolescentes; e por fim a medida socioeducativa em meio aberto e o trabalho do assistente social neste serviço, a fim de compreender os desafios que se colocam aos profissionais para

a materialização do projeto ético-político, no cotidiano do seu exercício profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Questão Social; Medida Socioeducativa; Serviço Social.

### **SOCIO-EDUCATIONAL MEASURE IN THE OPEN ENVIRONMENT AND THE WORK OF THE SOCIAL ASSISTANT**

**ABSTRACT:** This article has as its central theme the work of the social worker in the Social Protection Service to adolescents in compliance with the socioeducative measure of Assisted Freedom and Community Service Delivery, carried out at the Specialized Center for Social Assistance (CREAS). The choice of the object of study is based on professional insertion in this equipment of the Social Assistance policy. In the theoretical framework, he intended to present the work of the social worker and his intrinsic relation with the social question; a historical track record of adolescent care policy; and finally the socio-educational measure in open environment and the work of the social work of the social worker in this service, in order to perceive the challenges that are posed to professionals for the materialization of the ethical-political project, in the daily routine of their professional practice.

**KEYWORDS:** Work; Social issues; Socioeducational Measure; Social Service.

### **1 | INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como objetivo discutir o trabalho do assistente social no atendimento aos adolescentes em cumprimento

de medida socioeducativa em meio aberto, no âmbito da Proteção Especial de Média Complexidade, apreendendo a dinâmica do trabalho do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional, em seus limites e possibilidades.

A escolha do objeto de estudo ocorre em função de inserção profissional como assistente social no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), especificamente no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Ao estudar o trabalho do assistente social neste espaço sócio-ocupacional percebeu-se que, para apreender as determinações postas fazia-se necessário retomar o percurso histórico da profissão compreendendo a sua relação com o conservadorismo e opção histórica da categoria por essa ruptura. No entanto, o lastro conservador ainda entoa nas práticas profissionais, mesmo quando tentamos materializar a nossa proposta crítico-interventiva e ético-política nas rotinas institucionais.

Nesse sentido, o estudo busca uma aproximação à realidade de trabalho dos assistentes sociais inseridos no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e pretende contribuir para a análise crítico-reflexiva do trabalho realizado pelos mesmos frente à garantia dos direitos de proteção integral dos adolescentes.

## **2 | O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL**

Para apreender o trabalho do Serviço Social é necessária a compreensão sob qual perspectiva entende-se o surgimento da profissão e como situa-se a sua posição no mundo do trabalho.

A partir da análise de Montaño (2009), existem duas perspectivas de análises do surgimento da profissão de Serviço Social. Uma perspectiva endogenista que entende o surgimento da mesma como a profissionalização das anteriores formas de ajuda e de filantropia, como se o surgimento da profissão dependesse somente de uma vontade singular dos filantropos de se profissionalizar. É uma segunda perspectiva, a histórico-crítica, que considera que a profissão surgiu da demanda histórica do capital para reprodução da força de trabalho e manutenção da ordem capitalista, ao mesmo tempo em que o Estado requisita esses profissionais para a execução de políticas sociais.

As análises sobre a profissão que se seguem estão de acordo com a segunda perspectiva abordada por Montaño (2009), entendendo o surgimento da profissão como produto dos projetos político-econômicos. Graneman (1999,p.161) acrescenta ainda que o serviço social não se autodetermina, o que significa dizer que o surgimento da profissão está ligado a uma série de determinações históricas. É nesse período histórico que o Estado redefine suas funções regulando a “questão social” e requisitando um profissional que execute políticas sociais com espaço de assalariamento a fim de garantir a acumulação do capital e controlar o movimento operário que estava em ascensão nos marcos do

capitalismo monopolista.

A principal diferença da profissão de serviço social para os filantropos ou das damas de caridade é a condição de trabalhador assalariado, portanto o assistente social distingue-se por se constituir um profissional inscrito na divisão sócio-técnica do trabalho. Dessa forma, quando requisitado pelo Estado, o profissional rompe com práticas de filantropia ou de trabalho voluntário passando a se caracterizar como um trabalhador assalariado que tem a sua prática polarizada por interesses antagônicos: de um lado, os interesses da acumulação capitalista, e de outro, os interesses da população usuária dos seus serviços, a classe trabalhadora.

Conforme Iamamoto (2007) embora a história da profissão tenha ocorrido na relação com o movimento católico, a legitimidade profissional está intimamente articulada à demanda das instituições assistenciais que se expandiam na década de 1940. Ainda segundo a autora:

Nesse processo, o Estado tem de incorporar, necessariamente, parte das reivindicações populares, ampliando a base de reconhecimento legal da cidadania, do proletariado e dos direitos sociais daí decorrentes, através de uma legislação social e sindical neste período (IAMAMOTO, 2007, p. 31).

Dessa forma, o Serviço Social se torna uma profissão fundamental para o funcionamento da política social do Estado e também do setor privado. É importante salientar que o serviço social está inserido em processos de trabalho, que segundo Marx (1980), qualquer processo de trabalho possui seus elementos constitutivos. O Serviço Social também possui o seu.

Segundo Iamamoto (2008) o trabalho do assistente social é o próprio exercício profissional, tendo como objeto de trabalho as expressões da “questão social” e os meios de trabalho constituem o conjunto técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político da profissão. Mas infelizmente não possui todos os meios de trabalho, como situa a referida autora:

O assistente social afirma-se socialmente como um trabalhador assalariado, cuja inserção no mercado de trabalho passa por uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada com organismos empregadores, estatais ou privados. Sendo os assistentes sociais proprietários de sua força de trabalho qualificada, não dispõe, todavia, de todos os meios e condições necessários para a efetivação de seu trabalho, parte dos quais lhe são oferecidos pelas entidades empregadoras (IAMAMOTO, 2008, p. 96).

Podemos pensar o Serviço Social como participante do processo de trabalho como mediador da relação Homem/Natureza, ainda que não intervenha de forma direta nessa relação. Contribui assim para a extração de mais-valia e para a reprodução da vida material e espiritual do trabalhador.

Segundo Yasbek (2009, p.128) para fazer a análise do serviço social é preciso

compreendê-lo inserido na dinâmica das relações de classe e, como tal, sua prática é polarizada pelos interesses antagônicos. Nas palavras da autora o serviço social “participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho”.

Diante disso, a construção da profissão se dá em um determinado contexto histórico, onde o capital demanda essa força de trabalho, ao passo que a categoria profissional faz uma escolha decisiva em seu movimento de renovação profissional, pelo compromisso com a luta pelos direitos da classe trabalhadora, não permitindo que seu exercício profissional ocorra sem essa polarização.

A prática profissional do assistente social vai ser polarizada por interesses antagônicos, mesmo com a relativa autonomia que possuem. Esta relativa autonomia irá aparecer de modo diferenciado nos diferentes espaços sócio-ocupacionais onde o profissional está inserido. (IAMAMOTO, 2009)

As transformações societárias no mundo do trabalho e na própria “questão social”, além das mudanças nas formas de intervenção por parte do Estado nas refrações da mesma faz modificar os processos de trabalho nos quais se insere o profissional de serviço social.

Sobre a “questão social” é necessário fazer algumas considerações dada à centralidade no debate do trabalho do assistente social. Desde o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano e de Renovação do Serviço Social brasileiro em meados da década de 1960, a questão social tem ocupado os debates no meio profissional, que vem conceituando-a como aspecto central na formação do assistente social por sua potência interventiva na “questão social” e nas suas diversas expressões que chegam ao profissional como demandas nos espaços sócio-ocupacionais nos quais se inserem.

Existem diversas análises sobre a “questão social” na cena contemporânea. Portanto, é necessário esclarecer sobre qual óptica entende-se a chamada “questão social”. Para isso utilizaremos as análises dos autores José Paulo Netto e Marilda Villela Iamamoto, ambos situados nos marcos da tradição teórico-política marxista.

Netto (2001) indica que a expressão “questão social” tem história recente, surge em meados do século XIX tentando expressar o fenômeno do pauperismo iniciado após o avanço da industrialização. Com o desenvolvimento do movimento industrializador não se situa mais a pobreza ligada à escassez. Segundo o autor trata-se de uma época diferenciada em que a pobreza vem crescendo na mesma proporção da capacidade da sociedade capitalista de constituir riqueza.

O reconhecimento do pauperismo como questão social se inicia devido ao movimento de luta da classe trabalhadora, que constituía a população pobre. Não se conformando com a sua situação de extrema pobreza e iniciando vários movimentos operários por melhores condições de vida e de trabalho, formou uma força e um movimento contrário ao poder e ao

crescimento hegemônico da classe burguesa (NETTO, 2001; IAMAMOTO, 2001).

É ponto comum entre Netto e Iamamoto de que a “questão social” tem sua gênese na contradição entre capital e trabalho, pela própria peculiaridade da sociedade burguesa que tem sua acumulação fundamentada na exploração do trabalho e no que tange ao surgimento de uma nova “questão social”. Segundo Netto, a cada novo período de crescimento da sociedade capitalista, a “questão social” apresenta expressões diferenciadas, evidenciando o aprofundamento cada vez maior da exploração da classe trabalhadora.

Já Iamamoto (2001) considera que a “velha questão social” se transforma, tomando apenas nova aparência. De acordo com a autora são novas delimitações históricas da questão social que vem se complexificando ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista ao mesmo tempo em que se aprofundam suas disparidades econômicas, culturais e sociais.

Diante do exposto neste trabalho, que corrobora com o trazido por Iamamoto, pois, a “questão social” tem sua gênese na contradição entre capital e trabalho, refutação esta estrutural do capitalismo, assume indiscutivelmente novas roupagens com a complexificação e expansão do capital e, dessa forma, exigindo do Estado a legitimação da sua existência e a necessidades de elaborar e executar as políticas sociais como resposta a esta.

### **3 | POLÍTICA SETORIAL DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES**

Apreender a dinâmica do trabalho do assistente social no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), executado no CREAS, em seus limites e possibilidades é também trazer à tona o debate acerca do usuário deste serviço: o adolescente em conflito com a lei. Dessa forma, não há como deslocar o debate de como vem se construindo o fazer profissional na política de Assistência Social alinhado ao disposto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE sem dimensionar como se constituiu o atendimento ao adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa ao longo da história.

Na discussão sobre a diminuição da idade penal ou nos crimes de repercussão nacional em que adolescentes estão envolvidos, parcela significativa da sociedade civil afirma como “solução” para os problemas com adolescentes em conflito com a lei pesadas penas privativas de liberdade alegando-se a ineficácia das medidas socioeducativas nos casos de cometimento de atos infracionais.

Tais debates retomam a temática dos adolescentes em conflito com a lei, entretanto, atualmente trata-se de um movimento ao revés. Afirmamos como um movimento contrário, pois se na década de 1980, movimentos sociais e sociedade civil lutavam por uma política de proteção integral e contra a perspectiva de “situação irregular” expressa no Código de Menores, culminando na elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA), atualmente vemos uma deslocação dos discursos com intensos questionamentos sobre a eficácia do mesmo e forte posicionamento a favor do aprisionamento dos adolescentes.

Dessa forma, o histórico do tratamento à questão nos mostra que a todos os momentos em que o Estado se oferecia a tratar da infância pobre ou abandonada encontrada marginalizada de modo efetivo, suas ações possuíam caráter de “internação”, ou seja, afastamento do convívio social-comunitário e familiar, hoje considerado pelo ECA como último recurso (BAZÍLIO, 2008, p. 42).

Silva e Silva (2009, p.129) indicam que o atendimento a crianças e adolescentes no Brasil sempre esteve marcado por três traços importantes: “o caráter classista que estabelece uma programática voltada para as crianças e adolescentes das classes subalternizadas; o recurso frequente da institucionalização para estabelecer o controle da pobreza, e o uso da repressão e do controle em detrimento da proteção.”

As Igrejas e Instituições filantrópicas eram encarregadas pelo Estado a prestar assistência a essas crianças. No entanto, conforme apontam Couto e Melo (1998, p. 28), ao longo da história essas mesmas Instituições que deveriam protegê-las se manifestaram como aparelhos de profunda segregação, violência e negligência, como se as crianças e adolescentes pudessem ser castigados ou corrigidos pelas condições sociais em que se encontravam. As questões referentes à infância pobre só se tornam uma preocupação pública, e então merecedora de maior intervenção, quando o Estado faz uma articulação entre o econômico, o político e o social.

A criação do Código de Menores e do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) simbolizou a legitimação das questões relativas à infância caracterizando-a como questão social. No entanto, as expressões da “questão social” apresentadas pela problemática da infância continuaram praticamente as mesmas apesar de toda uma adaptação aos modelos científicos e a assistência psicopedagógica aos adolescentes caracterizados como “carentes” ou “delinquentes” que eram propostos na época (CARVALHO, 2000, p. 186).

A partir das críticas da sociedade civil sobre as horríveis condições físicas das instituições que, ao invés de destruir a marginalização acabavam por reproduzir ainda mais, o SAM foi extinto e seu espaço ocupado pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Segundo Silva (2005) embora todos os movimentos de luta na década da promulgação do Código de Menores, de 1979, num contexto nacional e internacional exigindo a proteção de crianças e adolescentes, o “novo” código não correspondia aos interesses da sociedade civil e não tinha representação dos interesses das crianças e adolescentes que continuavam confinados nas instituições. De modo geral, a FUNABEM acabou por persistir nos mesmos erros do antigo SAM pois com o número enorme de crianças que eram culpabilizadas pelo fato de serem pobres, as instituições incharam.

Denúncias de maus tratos e corrupção também ocorreram e em meados da década de 80, com a pressão dos movimentos sociais que se encontravam em plena ebulição,

ocorreu o verdadeiro desmonte da FUNABEM e a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, a primeira legislação a reconhecê-los como cidadãos de direitos em nosso país (COUTO & MELO, 1998).

Como aponta Silva (2005):

O ECA nasceu em resposta ao esgotamento histórico-jurídico e social do Código de menores de 1979. Nesse sentido, o Estatuto é processo e resultado porque é uma construção histórica de lutas sociais dos movimentos pela infância, dos setores progressistas da sociedade política e civil brasileira, da 'falência mundial' do direito e da justiça menorista, mas também é expressão das relações globais internacionais que se reconfiguravam frente ao novo padrão de gestão de acumulação flexível do capital (SILVA, 2005, p. 36).

O Estatuto da Criança e do Adolescente renova os métodos de intervenção em relação à infância no Brasil, as práticas de maus tratos e castigos substituem-se por respeito ao desenvolvimento dos mesmos. Assegura-se com o ECA de que crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, proteção integral que oportunize o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

No que pese aos avanços contidos no ECA, ele por si só não apresenta a resposta completa aos problemas da infância no Brasil, até porque mesmo com todos os avanços que a legislação nos proporcionou reconhecendo crianças e adolescentes como sujeito de direitos, há ainda hoje um distanciamento da legislação a sua efetivação como mecanismo de garantia desses direitos. As características dos modelos de assistência a crianças e adolescentes antecessores ao ECA continuam latentes em instituições responsáveis pelo acompanhamento de medidas socioeducativas.

Os problemas se acentuam ainda mais com a profunda ofensiva neoliberal iniciada a partir da década de 90 e com o aumento da violência nessas últimas décadas, mídia e opinião pública passam a ser manipulados num eminente processo consolidado ideologicamente de criminalização da pobreza.

Ademais, o ECA é a expressão e afirmação da luta dos movimentos sociais justamente contra a criminalização da pobreza, tornando possível aos jovens em conflito com a lei uma alternativa de ação socioeducativa.

Os métodos de atendimento estabelecidos pelo ECA ao adolescente, ao distinguir as medidas protetivas das medidas socioeducativas diferente da legislação anterior que estabelecia a doutrina da "situação irregular". Conforme o Art. 106 do ECA: "nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente." Portanto, aos adolescentes que cometem atos infracionais são aplicadas as medidas socioeducativas com as devidas garantias processuais.

O ECA estabelece seis tipos de medidas socioeducativas:

1) A advertência que consistirá em uma repreensão verbal que será transformada

em um termo e assinada;

2) A obrigação de reparação do dano nos casos de deteriorações patrimoniais;

3) A prestação de serviços à comunidade que se resume a realização de atividades gratuitas em instituições por período que não ultrapasse seis meses;

4) A liberdade assistida sob a responsabilidade de uma equipe para orientação na medida socioeducativa com o objetivo de fazer o acompanhamento do adolescente permanecendo o mesmo sob o cuidado de sua família;

5) A semiliberdade que pode ser determinada desde o início do cumprimento da medida socioeducativa ou como progressão para o meio aberto, estando o adolescente em uma unidade de Atendimento com saídas autorizadas para escolarização, profissionalização e convívio familiar;

6) Internação provisória por um período máximo de 45 dias enquanto ocorre a averiguação do processo; e a internação em estabelecimento educacional que deve ser aplicada somente nos casos de atos infracionais cometidos mediante grave ameaça ou violência a pessoa, por reincidência ou por descumprimento de uma medida imposta anteriormente.

Com o objetivo de regular e normatizar o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil foi construído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) com o intuito de dar concretude política de proteção integral expressa no ECA.

O SINASE se constitui então, como uma política pública de implantação do atendimento das medidas socioeducativas ligada a todas as outras políticas públicas existentes. Sua normativa envolve desde a apuração do ato infracional até a execução das medidas socioeducativas, estabelecendo as funções de cada órgão federativo, estimula a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto e também dá relevância às dimensões pedagógicas da medida socioeducativa em detrimento do caráter punitivo.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) também irá contribuir para a proteção integral dos adolescentes, pois regulamenta a política de assistência social com vistas à provisão dos mínimos sociais e garantia das necessidades básicas, estabelecendo como um de seus objetivos a proteção à infância e à adolescência, em um sistema descentralizado e participativo organizado nos três níveis de gestão.

Em sua alteração em 2011, institui legalmente a Proteção Social Básica e a Especial e suas respectivas unidades públicas estatais, CRAS e CREAS, para a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, de caráter continuado. A Resolução 109/2009 do CNAS estabelece o CREAS como a unidade estatal que oferta o Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, a fim de proporcionar um atendimento descentralizado e integrado ao acompanhamento familiar.

## 4 | MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), tem como objetivos o acompanhamento social durante o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto e inserção em outros serviços e programas da rede socioassistencial ou das políticas setoriais; a necessidade criar meios para a construção e reconstrução dos projetos de vida que rompam com a prática de ato infracional; o estabelecimento de contratos e normas com o adolescente; contribuir para a construção de autoconfiança e autonomia; possibilitar acessos e oportunidades para ampliação do universo informacional e o desenvolvimento de habilidades e competências; e o fortalecimento da convivência familiar e comunitária. Além disso, o Serviço deve ser executado no CREAS e o atendimento ao adolescente deve contemplar a sua responsabilização e a sua proteção social, sendo ofertado de forma integrada a outros serviços do SUAS. A municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto possibilita ao adolescente em conflito com a lei um atendimento em condições de dignidade e segurança de convívio familiar e comunitário.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) institui os assistentes sociais como parte das categorias profissionais que compõem obrigatoriamente as equipes de referência em todos os níveis de proteção social.

Para fazer uma análise crítica da prática profissional dos assistentes sociais que atuam no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto utilizamos as rotinas institucionais e metodologia de atendimento adotada no cotidiano profissional, dentre elas: a acolhida do adolescente e de sua família; o acompanhamento do adolescente através de atendimentos individuais e/ou atividades grupais; encaminhamentos para a Rede, especialmente para matrícula escolar, cursos profissionalizantes e serviços de saúde; elaboração de relatórios; etc.

Portanto, uma das principais demandas que se colocam para ao Serviço Social neste espaço sócio ocupacional é a realização de orientações e de informações para os adolescentes e seus familiares a respeito do cumprimento da medida socioeducativa.

Examinando atentamente essa questão foi observado que desde que os assistentes sociais foram requisitados para trabalharem nos equipamentos assistenciais, sua atuação está voltada para o atendimento das necessidades dos usuários e com uma atuação socioeducativa direcionada para as classes populares (YASBEK, 2009).

Segundo Miotto (2009, p. 502-503), as ações socioeducativas se constroem através de dois pilares principais: a socialização de informações e o processo reflexivo. A autora entende a socialização de informações como fator principal para o acesso aos direitos, fazendo com que a ação socioeducativa possibilite a real constituição da autonomia dos

sujeitos. Já o processo reflexivo se tornará o caminho para a construção de respostas para as necessidades sociais dos sujeitos, “ele tem como objetivo a formação da consciência crítica”.

Sabemos que o acompanhamento aos adolescentes em conflito com a lei, pauta-se nas ações socioeducativas, de forma a contribuir para um processo educativo destes usuários e possibilitar o acesso aos seus direitos. No entanto, é necessária cautela na execução diária desta perspectiva emancipatória, para que não contribua com o processo de violação de direitos através das ações socioeducativas e pautarem em uma atuação disciplinadora.

Além desta demanda principal existe um acúmulo de respostas imediatas pertinentes ao acompanhamento desses adolescentes na Instituição, que perpassam demandas dos adolescentes, de seus familiares, da Rede de Atendimento, do Judiciário, além de questões administrativas. Pontes (2000, p.45) afirma que “a demanda institucional aparece na imediaticidade como um fim em si mesmo, despida de mediações que lhe deem sentido mais totalizante”.

Soma-se a isso o fato de que apenas 32,4% das equipes de atendimento são exclusivas para o Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto executado no CREAS, conforme aponta o CENSO SUAS 2018. Na maior parte dos municípios do Brasil, as equipes do CREAS se dividem entre todos os serviços executados no equipamento, o que acaba por sobrecarregar o profissional e se constituir como fator que dificulta ainda mais um atendimento qualificado. Outro dado importante demonstrado é que em 2018 somente 57,1% dos profissionais que atuam nos CREAS em todo o território nacional tem algum tipo de capacitação sobre o Sistema Socioeducativo. Por outro lado, percebemos então uma cobrança velada para que o profissional resolva a vida do adolescente e pouco investimento em capacitação profissional sobre o tema, numa perspectiva individualista da questão, desconsiderando a subjetividade e as relações sociais vividas pelo mesmo e por sua família.

Na ausência de um projeto de intervenção do serviço social na Instituição, os assistentes sociais balizam as suas ações a partir dos pressupostos da medida socioeducativa preconizados no ECA, no SINASE, na LOAS, nas normativas e resoluções da política de assistência social e na organização do trabalho elaborada pelos próprios profissionais que compõem a equipe técnica.

Sobre a utilização do projeto institucional como sendo projeto de intervenção do serviço social, Couto (2009, p.654) afirma que é preciso romper com o projeto institucional. Na verdade, o projeto institucional deve ser contemplado no “arsenal de conhecimento” que o assistente social se utilizará para construir o seu projeto.

Para a construção deste projeto, ainda segundo a autora, é necessário que o assistente social apreenda o perfil dos usuários dos seus serviços identificando as expressões da questão social que necessitam intervenção profissional buscando romper

com o senso comum e com “tudo o que os aniquila e os subjuga” (COUTO, 2009, p.655).

Podemos perceber que na ausência de um projeto de intervenção específico do serviço social o trabalho acaba sendo organizado de forma a responder as demandas que chegam aos assistentes sociais em seu cotidiano profissional. Além disso, visto que os mecanismos de avaliação são intrínsecos ao projeto de trabalho, portanto, se inexistente um projeto, conseqüentemente não existirá a avaliação.

Mesmo após mais de 25 anos de promulgação do ECA, o exercício profissional ainda se encontra tensionado pelas práticas punitivas e, as afirmações de direitos trabalhadors ainda no campo individual. Por isso, um dos maiores limites encontrados pelos profissionais no acompanhamento da medida socioeducativa ainda é a dificuldade de inserção dos adolescentes em cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho, visto que os mesmos possuem nível de escolaridade inferior ao exigidos nos programas oferecidos pelo Estado e iniciativa privada.

Ainda que tenhamos conhecimento de que colocar cada adolescente em posição de empregado (ou não) seria insuficiente para retirá-lo da sua condição de pobreza e que considerar a inserção no mercado trabalho dessa forma seria uma negação da sociedade de classes e das relações sociais. Mas, de certa forma, é evidente que projetos e programas dessa magnitude podem sim auxiliar na construção de parcerias e inserção de adolescentes no mercado de trabalho, apesar de não se constituírem como suficientes para mudança da realidade em que vivem, em extrema situação de pobreza e ausência de acesso a direitos (estes mesmos negados muito antes do cometimento de atos infracionais).

Paralelo a isso, a oferta lucrativa do tráfico em detrimento dos programas governamentais, conforme o CENSO SUAS 2016, 25% dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no Brasil estão relacionados ao envolvimento no tráfico de drogas.

Wacquant (2007, p. 115), confirma dizendo tratar-se da opção mais lucrativa “na esteira do recuo duplo do mercado de trabalho e do Estado de bem-estar.”

Para que o profissional defenda os direitos dos adolescentes é necessário que ele tenha condições objetivas e subjetivas para a realização do seu trabalho. Assim, ocupar espaços decisórios da política de atendimento aos adolescentes a fim de quebrar paradigmas se torna um desafio aos profissionais que se encontram azafamados nas rotinas institucionais.

Reafirma-se, dessa forma, o projeto ético-político profissional em detrimento do atual contexto histórico de extrema ofensiva neoliberal onde as conseqüências da política macroeconômica do capital atingem os modos de vida e de trabalho da classe trabalhadora e, os assistentes sociais fazendo parte dessa classe, também sentem os intensos rebatimentos do capital em seu exercício profissional determinando a precarização das relações de trabalho. Portanto, necessita-se hoje reafirmar a luta da categoria profissional, seu direcionamento ético e político perante esta sociedade para além das bases

organizativas da profissão, mas avançando para a materialização do projeto profissional no cotidiano do exercício dos assistentes sociais.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um tempo em que direitos e conquistas obtidas por meio das lutas dos movimentos sociais e movimentos dos trabalhadores sofreram um grande retrocesso. A Carta Magna de 1988 não foi suficiente para garantir a sua efetivação e a onda neoliberal que sobreveio no bojo da década de 1990, se aprofundando até os dias de hoje, rebateu consubstancialmente nas formas de vida e de trabalho de toda a classe trabalhadora.

A realidade não fica distante para os assistentes sociais, pois como parte da classe trabalhadora, são duplamente atingidos por essa nova forma de acumulação capitalista. Primeiramente porque, após um período de lutas e conquistas de direitos, sentem-se atados em seu exercício profissional em meio à desresponsabilização do Estado pela garantia dos direitos e dos serviços sociais e ao corte de investimentos públicos. Ao invés disso, responsabilizam-se as empresas privadas e as organizações não lucrativas para prestarem assistência aos pobres. Por outro lado, crescem-se as demandas pois as necessidades da população aumentam ainda mais frente a sua não inserção no mercado de trabalho, precisando cada vez mais dos serviços sociais que deveriam ser garantidos como direitos pelo Estado.

O trabalho do assistente social tem suas peculiaridades, mas é como qualquer trabalhador, ou seja, vende sua força de trabalho por um salário. Esse estatuto de assalariamento é que vai polarizar ainda mais a prática dos assistentes sociais, já que são contratados por instituições públicas ou privadas para exercerem determinadas atribuições. Entretanto, o assistente social fez uma escolha histórica pela defesa dos direitos da classe trabalhadora, em sua ruptura com o conservadorismo. A relativa autonomia tem que aparecer no dia-a-dia do exercício profissional, nos diferentes espaços ocupacionais, pois estão inseridos na dinâmica das relações sociais e, portanto, servindo a interesses antagônicos.

É nesse contexto que se situa a atuação do assistente social no Serviço de proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto, no CREAS. Como limites podemos perceber a precarização do trabalho dos assistentes sociais expressa na dupla jornada, nos contratos temporários e na sobrecarga de trabalho com a composição de equipes em número muitas vezes inferior ao mínimo exigido nas normativas.

Outros limites: a falta de investimento em capacitação; as demandas imediatistas; a falta de recursos humanos; corte nos gastos públicos; falta de acesso a políticas e programas e a própria lógica capitalista que criminaliza cada vez mais os pobres. Mas podemos pensar em possibilidades para o trabalho, pensar na construção delas. A pesquisa é um ótimo

instrumento para possibilitar mudanças e ainda otimizar a qualidade do atendimento. Mas trata-se de ir além do atendimento institucional para possibilitar mudanças na formulação de políticas através da própria pesquisa. Para propor caminhos aos usuários os assistentes sociais precisam conhecê-los, em sua forma de vida e de trabalho.

A abertura de campo de estágio possibilita a reflexão dos dilemas profissionais vividos na Instituição no âmbito acadêmico, contribuindo assim para a formação profissional, construção de conhecimento e reflexão do exercício profissional.

Mas é imprescindível ter como horizonte o projeto ético-político profissional. A materialização do projeto é a maior possibilidade de trabalho que os assistentes sociais poderiam ter. A possibilidade maior aos assistentes sociais é não se remeterem apenas às exigências administrativas e/ou burocráticas, “subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado” (IAMAMOTO, 2008, p.219).

O assistente social trabalha cotidianamente com circunstâncias peculiares vividas pelos sujeitos e suas famílias, por isso é provocado a desvendar a vida dos sujeitos em seus atendimentos. Para tanto, é necessário que o profissional seja dotado de capacidade teórico-metodológica, técnico-crítica e ético-política.

Os desafios são tão numerosos quanto os limites que se colocam como fatores dificultadores da prática profissional, mas podem ser superados na medida em que os assistentes sociais se inquietam em ampliar e consolidar a cidadania assegurando para isso a universalidade do acesso a bens e serviços sociais, tendo o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população usuária.

## REFERÊNCIAS

BAZÍLIO, Luís Cavalieri. **Avaliando a implantação do Estatuto da criança e do Adolescente.** In *Infância, educação e direitos humanos.* Orgs. Luís Cavalieri Bazílio e Sônia Kramer. 3a Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Estatuto da Criança e do Adolescente está em risco? Os conselhos tutelares e as medidas socioeducativas.** In *Infância, educação e direitos humanos.* Orgs. Luís Cavalieri Bazílio e Sônia Kramer. 3a Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei No 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União 16.7.1990 e retificado no DOU de 27.9.1990.

\_\_\_\_\_. **Lei No 8742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.**

\_\_\_\_\_. **Resolução No 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** CNAS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução No 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Básica Operacional de Recursos Humanos do Sistema único da assistência Social.** CNAS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei No 12594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.**

\_\_\_\_\_. **Censo SUAS 2018: Resultados Nacionais.** Ministério da Cidadania: Brasília: 2019.

\_\_\_\_\_. **Censo SUAS 2016: Resultados Nacionais.** Ministério do Desenvolvimento Social: Brasília, 2017.

CARVALHO, Denise Boitempo Birche de. **Políticas sociais setoriais e por segmento: criança e do adolescente. Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais.** Módulo 3: Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/NED-2000, p.183-202.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GRANEMANN, Sara. **Processos de trabalho e Serviço Social I. programa de Capacitação Continuada para assistentes sociais.** Módulo 2: Reprodução Social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/NED-2000, p. 154 – 166.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3o Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico.** 9o Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 14o Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 22o Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **A questão social no capitalismo.** In Revista Temporalis N° 03 ano 2 (janeiro/julho/2001) Brasília: ABEPSS, 2001.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na cena contemporânea.** In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARX, Karl, 1818-1883. **O capital: crítica da economia política: livro I/ Karl Marx;** tradução de Reginaldo Sant’Anan. 25o Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MONTAÑO, Carlos E. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** 2o Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da ‘questão social’.** In Revista Temporalis No03 ano 2 (janeiro/julho/2001) Brasília: ABPSS, 2001.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. Programa de Capacitação Continuada para assistentes sociais.**

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **O estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de menores: descontinuidades e continuidades.** In **Serviço Social e Sociedade**. No 83 Ano XXVI Especial 2005.

SILVA, Jane Santos. DA SILVA, Márcia Nogueira. **Adolescentes em conflito com a lei no Brasil: Direitos (DES) Humanos?.** In **direitos Humanos e questão social na América Latina**. Org. Silene de Moraes Freire. 1o Ed. Editora Gramma.2009.

YASBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In **serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva].** Tradução de Sérgio Lamarão. 3o Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

### B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

### C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

### D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

### E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

## **F**

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

## **G**

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

## **I**

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

## **J**

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

## **L**

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

## **M**

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

## **P**

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

## **Q**

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

## **R**

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

## **S**

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sofrimento do trabalhador 4

## **T**

Totalitarismo 3

## **V**

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021